

**PROCURADORIA****SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 775/24**

Realizada a pesquisa legislativa, além da legislação eventualmente já acostada ao projeto, a respeito do assunto também foi localizado:

- Constituição Federal;
- Código Penal Brasileiro;
- Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, 1966;
- Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
- Lei Orgânica do Município, arts. 221 e seguintes;
- Lei Municipal nº 11.213, de 20/05/1992, que proíbe a fiscalização, comercialização, distribuição ou veiculação de objetos que utilizem a cruz suástica ou gamada, para o fim de divulgação do nazismo;
- Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.292, de 14 de janeiro de 2002, que institui, no Município de São Paulo, a Comissão Municipal de Direitos Humanos, criada pelo artigo 238 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, e dá outras providências;
- Decreto Municipal nº 47.897, de 20/11/2006, que cria o Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo no Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 14.181, de 30/06/2006, que dispõe sobre o ensino religioso na rede pública municipal de ensino fundamental;
- Decreto Municipal nº 48.092, de 10/01/2007, que altera o inciso V do artigo 1º do Decreto nº 47.897, de 20 de novembro de 2006, que cria o Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo no Município de São Paulo;

**PROCURADORIA**

- Portaria SGM nº 1, de 2 de abril de 2011, que cria o Núcleo de Atenção ao Imigrante e Refugiado no âmbito da Comissão Municipal de Direitos Humanos;
- Decreto Municipal nº 54.476, de 17 de outubro de 2013, que dispõe sobre a convocação da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, a ser realizada entre 23 de novembro de 1º de dezembro de 2013;
- Decreto nº 54.645, de 29 de novembro de 2013, que cria a cadeira do Conselheiro Extraordinário nos Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras, visando garantir a participação dos imigrantes moradores da Cidade nesses colegiados; alterado pelo Decreto nº 54.855/14;
- Lei Municipal nº 16.698, de 05/09/2017, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Municipal do Combate ao Preconceito contra as Pessoas com Nanismo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 17.463, de 09/09/2020, que institui o Conselho Municipal de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa – COMPLIR
- Decreto Municipal nº 59.859, de 19/10/2020, que regulamenta a Lei nº 17.463, de 9 de setembro de 2020, que institui o Conselho Municipal de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa - COMPLIR.
- Decreto Municipal nº 59.749, de 09/09/2020, que dispõe sobre a Política Municipal de Prevenção e Combate ao Racismo Institucional.
- Lei Municipal nº 17.950, de 19/05/2023, que institui a obrigatoriedade de capacitação dos professores da rede de ensino pública e privada para atuação na promoção da igualdade racial, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 18.020, de 06/11/2023, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia do Combate ao Antissemitismo e Fascismo no Calendário de Eventos do Município de São Paulo, e dá outras providências.

São Paulo, 09 de dezembro de 2024.

CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068